



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
GERÊNCIA DE ENGENHARIA E SEGURANÇA
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

O presente Planejamento da Aquisição (PA), foi confeccionado conforme a Instrução Normativa (IN) nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD/2013 e sofreu as adaptações determinadas pela IN nº 5/SEGES/MP/2017, tem por objetivo levantar todos os elementos necessários e suficientes para a **aquisição de aparelhos de ar condicionado do tipo inverter**, previstos neste Planejamento, decorrentes das necessidades apresentadas pela área demandante, a Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA). Compõe o **Plano de Trabalho (PT)** e o **Termo de Referência (TR)**, confeccionado de acordo com o modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (AGU), respectivamente, referentes à aquisição pretendida.

ESTUDOS PRELIMINARES

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de aparelhos de ar condicionado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR ESTIMADO		CÓDIGO SIASG
				UNITÁRIO	TOTAL	
1	Split Inverter Hi Wall, capacidade mínima de 9.000 BTU/H, selo PROCEL classe A.	UND.	2	R\$ 1.540,00	R\$ 3.080,00	CATMAT 150010
2	Split Inverter Hi Wall, capacidade mínima de 12.000 BTU/H, selo PROCEL classe A.	UND.	1	R\$ 1.797,00	R\$ 1.797,00	CATMAT 150010
3	Split Inverter Hi Wall, capacidade mínima de 18.000 BTU/H, selo PROCEL classe A.	UND.	12	R\$ 2.429,00	R\$ 29.148,00	CATMAT 150010
4	Split Inverter Hi Wall, capacidade mínima de 24.000 BTU/H, selo PROCEL classe A.	UND.	14	R\$ 2.692,68	R\$ 37.697,52	CATMAT 150010
5	Split Inverter Teto, capacidade mínima de 36.000 BTU/H, selo PROCEL classe A.	UND.	3	R\$ 7.952,95	R\$ 23.858,85	CATMAT 150010
TOTAL					R\$95.581,37	

(*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 1/2021 (3102632).

1.10. Nos termos do Inciso III, do art. 48, da LC nº 123/2006, atualizada pela LC nº 147/2014, o item deste instrumento, tem cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação destinado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como para Sociedades Cooperativas, por força da Lei nº 11.488/2007.

1.11. Requisitos de sustentabilidade: A Instrução Normativa nº 1/2010-SLTI/MPOG, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo - AGU - 3ª edição - março/2013, não dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

1.12. O presente item **não** está cadastrado no CATMAT como sustentável.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. No intuito de dar prosseguimento à necessária atualização das instalações prediais do MD já iniciada com as readequações do pavimento Térreo, do 1º andar, do 2º andar, do 3º andar, do 6º andar, do 7º andar e do 5º andar, deu-se início à readequação das áreas de escritórios do 9º andar. A revitalização foi formalizada pelo Processo 60585.000873/2020-72 e Contrato 029/2020 possuindo o objetivo de manter a padronização adotada nos pavimentos já mencionados e com o emprego dos mesmos materiais ou equivalentes técnicos utilizados nos serviços executados anteriormente.

2.2. O nono andar do Edifício Sede atualmente possui aparelhos antiquados e ineficientes do tipo ACJ e Split System tradicionais. Constata-se que tais aparelhos estão obsoletos e apresentam dificuldades para obtenção de peças de reposição. Possuem ainda alto consumo de energia devido a sua baixa eficiência energética e geram ruídos excessivos. Assim, para o processo de revitalização do andar, ora em andamento, iniciou-se uma avaliação da possibilidade de troca dos aparelhos de ar condicionado por aparelhos mais eficientes, silenciosos e de capacidade total compatível com a área a ser atendida. Realizou-se, por conseguinte, o estudo de carga térmica, consubstanciado nos documentos DOC SEI 3102616 e 3102622, chegando-se aos quantitativos e capacidades para cada ambiente do nono andar.

2.3. Após a verificação dos parâmetros envolvidos, constatou-se a necessidade de substituição dos aparelhos existentes por outros mais modernos, eficientes (econômico em termos de energia e de manutenção), mais silenciosos e compactos. Nesse sentido, verifica-se que o sistema Split System do tipo inverter é a tecnologia que mais se adequa à necessidade em questão por melhor atende aos requisitos técnicos de funcionamento e de facilidade de instalação. Trata-se de um sistema extremamente compacto e eficiente, com um ciclo único de refrigeração em que os compressores, moto ventiladores e válvulas de expansão são eletronicamente controlados por microprocessador para fornecer somente a potência de refrigeração necessária gerando dessa forma a economia que os sistemas inverter proporcionam.

2.4. A refrigeração das salas do nono andar é indispensável para manter as condições de conforto térmico nos ambientes de trabalho. Assim, o sistema proposto suprirá a necessidade de refrigeração dos locais, proporcionando um ambiente agradável, silencioso e refrigerado. Atenderá as condições de conforto térmico dispostas na MT/NR 17 e ISO 9241.

2.5. Os equipamentos de refrigeração podem ser enquadrados na categoria de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado. Podem ser descritos por especificações gerais, de conhecimento público e sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Os aparelhos possuem características padronizadas e se encontram disponíveis, a qualquer tempo, num mercado próprio.

2.6. Os aparelhos a serem adquiridos devem ser do tipo inverter e possuir selo de eficiência energética mínima **PROCEL "A"** de forma a cumprir as condições de conforto térmico com o menor gasto possível.

2.7. Como visto, a aquisição é necessária para proporcionar instalações adequadas e modernas para conduzir operações diversas no âmbito deste ministério, garantindo maior conforto e segurança para os servidores do MD e visitantes, com instalações que coadunem com as normas técnicas mais recentes resultando em redução das manutenções corretivas com consequentes ganhos de eficiência e produtividade.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo é comum, por ser possível “estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto”, de acordo com parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. A CONTRATADA deverá entregar os aparelhos de ar condicionado no Edifício Sede, bloco "Q" do Ministério da Defesa em no máximo 30 dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

4.2. O recebimento/aceitação das peças, objeto do presente Termo de Referência, será efetivado pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, e realizar-se-á da seguinte forma:

4.2.1 Provisoriamente, no momento da entrega das aparelhos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

4.2.1 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

4.2.1.1. O prazo a que se refere o item 9.4.2 não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela integridade dos bens fornecidos, nem ético-profissional pela entrega do material conforme especificações, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.4. Na hipótese de os termos circunstanciados a que se referem este artigo não serem, respectivamente, lavrados dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

4.5. Horário de entrega: das 8h às 12h e das 14h às 17h.

4.6. Contato: Fernando Mendes de Almeida - Engenheiro, telefone (61) 3312-4029 - e-mail fernando.almeida@defesa.gov.br.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O atesto das notas fiscais ficará a cargo de servidores da COEMA, de acordo com a IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado..

10.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

13.2.2. Multa moratória de até 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

13.2.3. Multa compensatória de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.1 Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. A cargo da Gerência de Orçamento e Finanças.

Analisado:

FERNANDO MENDES DE ALMEIDA
Engenheiro

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA
Coordenador de Engenharia e Manutenção

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO**AUTORIDADES APROVADORAS DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO**

Aprovo, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

MÁRCIO ALEKSSANDER GRANZOTTO KUNTZE
Diretor do DESEG - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Diniz Barbosa, Coordenador(a)**, em 12/01/2021, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Mendes de Almeida, Técnico**, em 12/01/2021, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Alekssander Granzotto Kuntze, Diretor(a), substituto(a)**, em 12/01/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3117748** e o código CRC **A98B3E95**.